

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.664 - CE (2019/0354872-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE IGUATU - CE  
**SUSCITADO** : JUÍZO DE DIREITO DE VÁRZEA ALEGRE - CE  
**INTERES.** : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA ALEGRE  
**ADVOGADOS** : JOSÉ DA CONCEIÇÃO CASTRO - CE006816  
MARCO ANTONIO FERREIRA E SILVA - CE020355  
**INTERES.** : MUNICIPIO DE VARZEA ALEGRE  
**ADVOGADO** : VICTOR LUCIANO PIERRE DE FARIAS - CE024478

### **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. REGIME CELETISTA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA TRABALHISTA.**

### **DECISÃO**

Trata-se de conflito negativo de competência entre o Juízo da Vara do Trabalho de Iguatu/CE (suscitante) e o Juízo de Direito de Várzea Alegre/CE (suscitado) nos autos de ação ordinária ajuizada pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Alegre/CE contra o Município de Várzea Alegre/CE, que, na qualidade de substituto processual, objetiva compelir o município a enquadrar os substituídos no Plano de Cargos e Carreira e Remuneração do Grupo Ocupacional do Magistério.

Às fls. 354-364, o Juízo suscitado declarou a incompetência absoluta da Justiça Comum para julgar o feito sob o pretexto de que, na espécie, a competência material é da Justiça do Trabalho, porquanto "a causa de pedir e os pedidos fundam-se em um contrato regido pelo regime celetista" (fl. 364).

Por sua vez, o Juízo da Vara do Trabalho de Iguatu/CE suscita o presente conflito ao argumento de que a relação de emprego entre os demandantes e o município possui natureza jurídico-administrativa, "devendo ser dirimida pela Justiça Comum" (fls. 462-467).

É o relatório. Passo a decidir.

Cinge-se a questão dos autos em definir a quem compete processar e julgar – se à Justiça Trabalhista ou à Justiça Comum Estadual – pedidos decorrentes de relação de trabalho entre os professores de educação básica e o Município de Várzea Alegre/CE.

Cabe anotar que o STF, quando do julgamento da ADI n. 3.395-6/DF, suspendeu toda e qualquer interpretação conferida ao inciso I do art. 114 da CF, alterada pela EC 45/2004, que atribuiu à Justiça do Trabalho competência para apreciar causas envolvendo a Administração Pública e seus servidores, vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo. No mesmo sentido: AgRg no ARE n. 1.110.199, Relator Min. Roberto Barroso, Primeira Turma, DJe: 12/11/2018.

Por outro lado, o Pleno do STF também entendeu que, tendo como causa de pedir relação jurídica regida pela Consolidação das Leis do Trabalho e pleito de reconhecimento do direito a verbas nela previstas, cabe à Justiça do Trabalho julgá-la. A propósito: CC n. 7.950/RN, Relator Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJe 1º/8/2017.

Dessa forma, tem-se que, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o

# Superior Tribunal de Justiça

servidor for típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo, a competência para análise da controvérsia será da Justiça Comum (estadual ou federal), ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça Trabalhista o julgamento dos litígios daí advindos:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPREGADO PÚBLICO. FUNDAÇÃO MUNICIPAL. JUSTIÇA DO TRABALHO.

2. A Primeira Seção do STJ, em harmonia com as decisões recentes do STF, tem adotado o entendimento de que **a competência para processar e julgar os litígios instaurados entre os agentes públicos e os entes estatais a que servem depende da natureza jurídica do vínculo entre as partes, cabendo à justiça trabalhista o exame das relações fundadas na CLT e à Justiça Comum, Federal ou Estadual, aquelas sujeitas a regime estatutário ou jurídico-administrativo.**

Precedentes: CC 129.447/RN, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 30/9/2015; CC 125.666/RS, Rel. Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe 6/10/2015.

3. A competência da Justiça Comum dar-se-ia nos casos em que o empregado celetista for contratado com base em contrato temporário de trabalho em razão da natureza administrativa da relação jurídica, prevista no art. 37, IX da CF/1988. A propósito: AgRg no CC 142.917/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Seção, DJe 1/12/2016.

4. Conflito conhecido para declarar competente a Justiça do Trabalho.

(CC 160.769/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 26/2/2019, grifei)

*In casu*, **às fls. 142-162 e-STJ**, foi juntado aos autos cópia da Lei Municipal n. 571/2009 (cria empregos e regulamenta normas gerais de concurso para ingresso no serviço público municipal), onde se estabelece que "os empregos públicos criados por esta Lei terão seus contratos regidos pelas normas da CLT" (parágrafo único do art. 1º), o que acaba por atrair a competência da Justiça Trabalhista para o processamento e julgamento da questão aqui posta. No mesmo sentido, em julgados que se assemelham ao caso dos autos, destaca-se as seguintes decisões: CC n. 140.753/CE, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe: 29/6/2015; CC n. 168.846/CE, Rel. Min. Og Fernandes, DJe: 29/10/2019; CC n. 136.754/CE, Rel. Ministra Regina Helena Costa, DJe: 1º/6/2019; CC n. 141.107/CE, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe: 30/9/2015.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o **Juízo da Vara do Trabalho de Iguatu/CE**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator